

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED

WILLIANS DOUGLAS SANTOS DE LIMA

**ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA CURRICULAR PEDAGÓGICA DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DO ESTADO DO AMAZONAS SOB A
PERSPECTIVA FREIRIANA NA CONCEPÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DO
CIDADÃO.**

MANAUS – AM

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED

WILLIANS DOUGLAS SANTOS DE LIMA

**ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA CURRICULAR PEDAGÓGICA DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DO ESTADO DO AMAZONAS SOB A
PERSPECTIVA FREIRIANA NA CONCEPÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DO
CIDADÃO.**

Seminário de Trabalho Final de como requisito
parcial para obtenção de diploma de Licenciatura
Plena em Pedagogia na Universidade Federal do
Amazonas (UFAM).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jocélia Barbosa Nogueira.

MANAUS -AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732á Lima, Willians Douglas Santos de
Análise crítica da proposta curricular pedagógica da Educação de Jovens e Adultos – EJA do estado do Amazonas sob a perspectiva freiriana na concepção da emancipação do cidadão / Willians Douglas Santos de Lima . 2023
23 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Jocélia Barbosa Nogueira
TCC de Graduação (Pedagogia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Política pública. 3. Implementação da EJA. 4. Legislação. I. Nogueira, Jocélia Barbosa. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

WILLIANS DOUGLAS SANTOS DE LIMA


**ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA CURRICULAR PEDAGÓGICA DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DO ESTADO DO AMAZONAS SOB A
PERSPECTIVA FREIRIANA NA CONCEPÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DO
CIDADÃO.**

Seminário de Trabalho Final de como requisito
parcial para obtenção de diploma de Licenciatura
Plena em Pedagogia na Universidade Federal do
Amazonas (UFAM).
Orientadora: Profª. Drª. Jocélia Barbosa Nogueira.

Nota: 10,00 (DEZ).

Aprovado em: 08/11/2023.

BANCA EXAMINADORA


Profª. Drª. Jocélia Barbosa Nogueira


Profª. Drª. Ronney da Silva Feitoza

A Deus, a minha mãe que me guiou até eu conseguir andar sozinho, ao meu esposo que não largou minha mão quando precisei e aos meus verdadeiros amigos que estiveram comigo desde o princípio da graduação, aos meus professores que me ajudaram nesse processo, a quem colaboraram diretamente com o meu desenvolvimento pessoal e profissional, e a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Jocélia Barbosa Nogueira, sem a qual eu não teria concluído este projeto,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer esse Trabalho de Conclusão de Curso – TCC as seguintes pessoas:

A Deus, pois sem Ele eu não seria nada, sem sua segunda chance eu não estaria aqui neste momento;

Minha Família: Minha mãe Conceição, meu pai Antônio – *in memorian*-, meu irmão Fernantez, meu esposo Adriano quem amo tanto e ao meu padrasto Raimundo que me ajudaram nessa árdua luta que é a graduação;

Ao meu amigo Luis Rufasto que me acompanha desde a educação básica e que muito me ajudou nessa construção;

Aos meus amigos que fiz durante a graduação, em especial: Abel, Emmily, Elias, Gabriel, Helen, Jenifer e Regina, meu muito obrigado por não largarem minha mão e por serem amigos de verdade, que de fato são amigos para todas as horas;

Gostaria de agradecer especialmente a Profª. Drª. Ágida Maria – *in memorian*-, que foi uma verdadeira mãe no início da graduação, onde me apresentou não apenas o mundo científico, mas também abriu possibilidades em que eu pudesse me reinventar como pessoa e profissional;

Aos meus professores, que ao longo dos períodos me acolheram e me instruíram ao caminho do conhecimento, minha gratidão eterna por tudo;

A minha orientadora, Profª. Drª. Jocélia Barbosa, gratidão por aceitar me guiar na construção dessa pesquisa e ser tão companheira quando mais precisei;

E aos muitos que conheci durante este período da graduação e que contribuíram para o meu crescimento (mesmo com uma pequena palavra gentil), fica aqui minha eterna gratidão.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CONFINTEA – Conferência Internacional sobre Educação de Adultos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EP – Educação Popular

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Estudantes que não concluíram a EJA em 2007.....	14
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEORIC.....	12
2.1 O Acesso à Educação dos Jovens e Adultos.....	12
2.1.2 A Educação Popular como Marco Legal para EJA.....	12
2.1.3 Educação Popular: A Forma de Mobilização da Sociedade Para Sua Libertação.....	14
2.1.4 Do MOBREAL a Cruzada do ABC.....	14
3 METODOLOGIA.....	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
4.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EJA NO ESTADO DO AMAZONAS.....	17
4.1.1 Concepções Pedagógicas da EJA no Amazonas.....	17
4.1.2 Garantia do Acesso à Educação no Amazonas.....	18
4.2 O EDUCADOR DA EJA.....	19
4.2.1 O Processo de Formação do Educador da EJA.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA CURRICULAR PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DO ESTADO DO AMAZONAS SOB A PERSPECTIVA FREIRIANA NA CONCEPÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DO CIDADÃO.

Willians Douglas Santos de Lima¹

Jocélia Barbosa Nogueira²

RESUMO

O objetivo da pesquisa é compreender como a política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Estado do Amazonas está sendo executada e desenvolvida nas escolas da Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC-AM). O estudo levou em consideração os seguintes teóricos: Arroyo (2012), Brandão (2006), Di Pierro (2001), Fávero (1983), Freire (2001), Freire (1981), Soares (2011), e outros. Partindo do pressuposto, compreendemos a Constituição Federal de 1988 como o marco em que ampara o acesso à educação básica a todos, independentemente do nível de escolarização do cidadão. Assim, o estado tem em sua incumbência a responsabilidade por implementar políticas efetivas que vão ao encontro daquele que por ventura tenham deixado os estudos de lado ou por qualquer indivíduo que tenha interesse em retornar os estudos. Partindo disso, busca-se a resolução através da explanação não apenas do olhar crítico das diretrizes e da proposta curricular da EJA sob a égide de Paulo Freire, mas também das múltiplas metodologias adotadas pelos docentes frente aos desafios da sala de aula em compasso com a realidade individual de cada educando para a superação de suas próprias dificuldades na perspectiva da promoção de sua autonomia, conforme enfatiza FREIRE (2004). Partindo, assim, do recorte histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), trazendo a luz a abordagem das diretrizes e da atual proposta pedagógica da EJA no estado do Amazonas.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos, Política Pública, Implementação da EJA, Legislação.

ABSTRACT

The objective of the research is to understand how the Education for Youth and Adults (EJA) in the State of Amazonas is being executed and developed in the schools of the Department of Education and Sports (SEDUC-AM). The study took into account the following theorists: Arroyo (2012), Brandão (2006), Di Pierro (2001), Fávero (1983), Freire (2001), Freire (1981), Soares (2011), e others. Based on this assumption, we understand the Federal Constitution of 1988 as the landmark that supports access to basic education for all, regardless of the citizen's level of education. Thus, the state is responsible for implementing effective policies that serve those who may have left their studies aside or any individual who is interested in returning to their studies. Based on this, a resolution is sought through the explanation not only of the critical view of the EJA guidelines and curricular proposal under the aegis of Paulo Freire, but also of the multiple methodologies adopted by teachers in the face of classroom challenges in line with the individual reality of each student to overcome their own difficulties from the perspective of promoting their autonomy, as emphasized by FREIRE (2004). Starting, therefore, from the historical perspective of Youth and Adult Education (EJA), bringing to light the approach of the guidelines and the current pedagogical proposal of EJA in the state of Amazonas.

Keywords: Youth and Adult Education, Public Policy, Implementation of the EJA, Legislation.

¹ Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

1 INTRODUÇÃO

Desde que a Educação de Jovens e Adultos ganhou força, muito se debateu e se discutiu acerca da composição de um currículo e de uma pedagogia voltada para as dificuldades reais que a EJA possui. Assim, o processo de ensino e aprendizagem de adultos e jovens foi fortemente reelaborado ao longo dos tempos para se ter uma metodologia de ensino fincada na realidade pedagógica em que docentes, frente as múltiplas realidades, possam transpor os conhecimentos necessários afim de desenvolver as habilidades e competências de seus educandos, superando toda e qualquer dificuldade que os alunos inseridos nesta modalidade possam ter.

Dessa forma, alinhado com o pensamento de sua reformulação a fim de reparar socialmente as deficiências que o estado teve – e tem – de garantir o acesso a uma educação de qualidade no período certo de desenvolvimento de cada brasileiro é que o governo Federal e as Secretarias Estaduais de Ensino vêm implementando reformulações nas diretrizes da Educação de Jovens e Adultos em todo o território nacional. No Estado do Amazonas, a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC-AM) vem reestruturando a modalidade EJA e adequando conforme suas necessidades, em consonância dos avanços da pauta pelo Ministério da Educação.

Partindo disso, a referida pesquisa busca compreender o processo histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de forma a entender este processo e o impacto causado pela falta de políticas efetivas no que diz respeito a permanência dos mesmos, partindo, assim, do recorte histórico da EJA, trazendo à luz a abordagem das diretrizes e da atual proposta pedagógica da EJA no estado do Amazonas.

Desse modo, a pesquisa visa explorar as múltiplas metodologias adotadas pelos docentes frente aos desafios da sala de aula em compasso com a realidade individual de cada educando para a superação de suas próprias dificuldades na perspectiva da promoção de sua autonomia, conforme enfatiza FREIRE (2004). Assim, busca-se a resolução através da explanação não apenas no olhar histórico da EJA, mas também na óptica crítico das diretrizes e da proposta curricular da EJA sob a égide de Paulo Freire no que se refere a emancipação do educando.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Acesso à Educação dos Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos é uma área da educação que engloba práticas, estudos e pesquisas, legislação e formação de professores aptos a desenvolverem habilidades e competências de jovens e adultos que foram privados do acesso ao conhecimento em um determinado período de sua vida. Desde 1949, a Unesco vem realizando a cada década a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), que permite-nos conhecer como se dão as diversas práticas educativas, do formal ao não formal, em diferentes partes do país e do mundo. Desse modo, entendemos a EJA como um processo de formação dos indivíduos ao longo de seu desenvolvimento humano, ressaltando que este processo de desenvolvimento sempre ocorreu bem antes das ações dos poderes públicos os legitimarem.

A população da EJA são, em sua grande maioria, filhos de famílias da classe trabalhadora que tiveram que deixar os estudos precocemente para ajudar no sustento da casa. São também predominantemente oriundos da raça negra, dado o longo período de escravidão em nosso país, os negros tiveram seus direitos básicos negados por séculos, incluindo o direito a educação. Soma-se a isso, a situação socioeconômica dessa parcela significativa da sociedade brasileira. Muitos estão em trabalhos menos qualificados quando não do fenômeno crescente da informalidade.

2.1.2 A Educação Popular como Marco Legal para EJA

A Educação Popular, ou é “EP” como também é conhecida, nasceu fora da escola, no seio das organizações populares, e sua metodologia, com bases emancipatórias, tiveram uma repercussão tão grande na sociedade que acabaram cruzando fronteiras e os muros das escolas, influenciando práticas educativas, tanto as que acontecem nos espaços escolares, como as que ocorrem em outros espaços educativos não convencionais, como nos sindicatos, nas ONGs, Associações de Moradores, nos conselhos populares e etc. Conforme podemos reafirmar que:

Os movimentos de EJA estudados, em seu nascedouro, partem desse ideário transformador que delineia os movimentos sociais, e em suas matrizes históricas alguns destes se aproximam das pautas dos movimentos sociais populares, definidos pelo caráter de classe explicitado nos eixos organizativos e na perspectiva da transformação radical da sociedade. (Feitoza, 2008, p. 202)

Outrossim, a educação popular na perspectiva freireana, constitui-se como uma proposta educativa, voltada para a necessidade de construção de uma consciência crítica do indivíduo

em relação à realidade em que está envolvido no sentido de torná-lo um sujeito ativo na construção e transformação desta realidade e na intenção, não de inseri-lo no mundo, uma vez que dele nunca deixou de fazer parte, mas, de fazer-se “reconhecer a ele mesmo e aos outros, enquanto homem e enquanto cidadão, como parte integrante deste, e indispensável na dinâmica das relações sócio, político-culturais existentes nele (FREIRE, 1981).

As décadas de 30 e 40 foram marcadas como um período em que questões relacionadas à Educação começaram a emergir no país. [...] até a segunda Guerra Mundial, a educação popular era vista como extensão da educação formal para todos, os indivíduos habitantes das periferias e zonas rurais. (PEREIRA apud VALE, 1992). Paulo Freire, com seu esforço nos anos 1960 começaria a fazer a leitura da realidade brasileira e latino-americana, dessa forma iniciaria o processo de formação de uma pedagogia que se constituía por diferentes abordagens filosóficas e de práticas educativas populares concretas que ocorriam em diferentes contextos e situações, pois seria percebida por diversas ópticas da sociedade.

A educação popular também postulada por Paulo Freire vislumbra não apenas uma ação politicamente humanitária, mas objetiva quando falado em criação de novos quadros para um novo tipo de sociedade. A educação de Paulo Freire visaria uma proposta politicamente mais humana, de criar com o poder do saber do homem libertado, um homem novo, livre também de dentro para fora. Ou seja, buscaria promover a integração e participação dos sujeitos na construção da sociedade através de uma educação comprometida com consciência reflexiva e politização do indivíduo com o meio em que vive como sujeito ativo capaz de refletir e agir sobre ele e sobre as múltiplas mazelas da sociedade.

Para Fávero (1983), foram esses os movimentos de cultura popular os grandes sementeiros de ideias e de implementação de experiências. Paulo Freire se torna nesse contexto um dos maiores pioneiros e inspiradores da educação popular, no compasso de uma das concepções de educação do povo.

Nesse estilo de fazer política por meio da educação libertadora, as massas e os movimentos populares entraram em cena de forma “tutelada e vigiada” nas décadas de 50 e 60 como o regime ditatorial. Conforme Feitoza (2008) esclarece que [...] as ideias ganharam força pelo contexto dos finais de 1950, quando tomam espaços as discussões sobre consciência, cultura, ideologia e projeto revolucionário.

No entanto, havia quem levasse a sério um país onde fosse possível e importante a participação de movimentos populares organizados. Com a industrialização urbana, muita

migração em direção às cidades; muitas pessoas sendo expulsas do campo, e neste contexto, surgiram também os movimentos onde a população refletia sobre a migração. Havia uma ideia bastante comum que era educar as pessoas para integrar em um processo de Brasil moderno.

2.1.3 Educação Popular: A Forma de Mobilização da Sociedade Para Sua Libertação

Desse modo, a EP surgiu então como esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares de um sistema que à época era repressivo. Paulo Freire afirmava que esse esforço se pautava para o poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que vigorava, para que se possa fazer a escola de outro jeito.

Assim, esta relação entre escola e vida política se complementaria como forma de despertar os indivíduos de suas condições sociais por meio da educação. Dessa forma:

preconiza um primeiro passo dizendo esta teoria de educação popular, é basicamente uma relação entre a palavra e o poder. Porque a palavra é um ato de poder, o que equivale afirmar que ela não é apenas um entre os seus outros símbolos, mas o seu exercício. O direito de falar e ser ouvido são o ofício do senhor. (Brandão, 2006, p. 56).

Os súditos calam ou repetem a palavra que ouvem, fazendo seu o mundo do outro, a sombra de um mundo paralelo. A diferença entre um e outro é que o primeiro detém a posse do direito de pronunciar o sentido do mundo e, por isso, o direito de ditar a ordem do mundo social.

No sentido macro, pensar a educação popular obriga uma revisão do sentido da própria educação. É preciso recuar longe, memórias de um passado remoto, para conhecermos como o saber terá emergido à vida e, circulando entre tipos de pessoas, terá diferenciado uma região de si mesmo como educação.

Fávero afirma ser a cultura popular uma forma legítima de trabalho revolucionário na medida em que tem por objetivo acelerar a velocidade com que se transformam os supostos materiais da sociedade. “Quem faz cultura popular nunca perde de vista a aquela formulação de Guevara: por mais que se faça, no essencial a cultura permanece intacta não se toma o poder” (FÁVERO, 1983). A cultura popular, não trata, pois, de revolucionar a cultura existente, eliminando-a por outra qualitativamente nova. Mas sim tem, entretanto, seu propósito último que é a educação revolucionária das massas.

2.1.4 Do Mobral a Cruzada do ABC

Por conseguinte, em 1967, ganhou força o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Cruzada ABC que se constituíram em movimentos concebidos com o fim básico de controle político da população por meio da centralização das ações e orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

No início dos anos 70 foi criada a Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, que regulamentava o Ensino Supletivo, que visava contemplar os jovens e adultos, propondo a reposição de escolaridade, o suprimento como aperfeiçoamento, a aprendizagem e qualificação sinalizada para a profissionalização.

Assim, em meados da década de 80, com a redemocratização do país, o MOBRAL é extinto e ocupa seu lugar a Fundação EDUCAR, com as mesmas características, porém sem o suporte financeiro necessário para a sua manutenção. Porém, Fundação EDUCAR foi extinta no início da década de 90, ocorrendo a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e de pós-alfabetização aos municípios (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 121).

Assim, em 1988 com a promulgação da Constituição Cidadã, instituiu-se o dever ao estado com a educação, que foi efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive a oferta para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade considerada própria. Desse modo, a União foi se afastando da educação de jovens e adultos, transferindo esta responsabilidade para os Estados e Municípios, conforme podemos perceber:

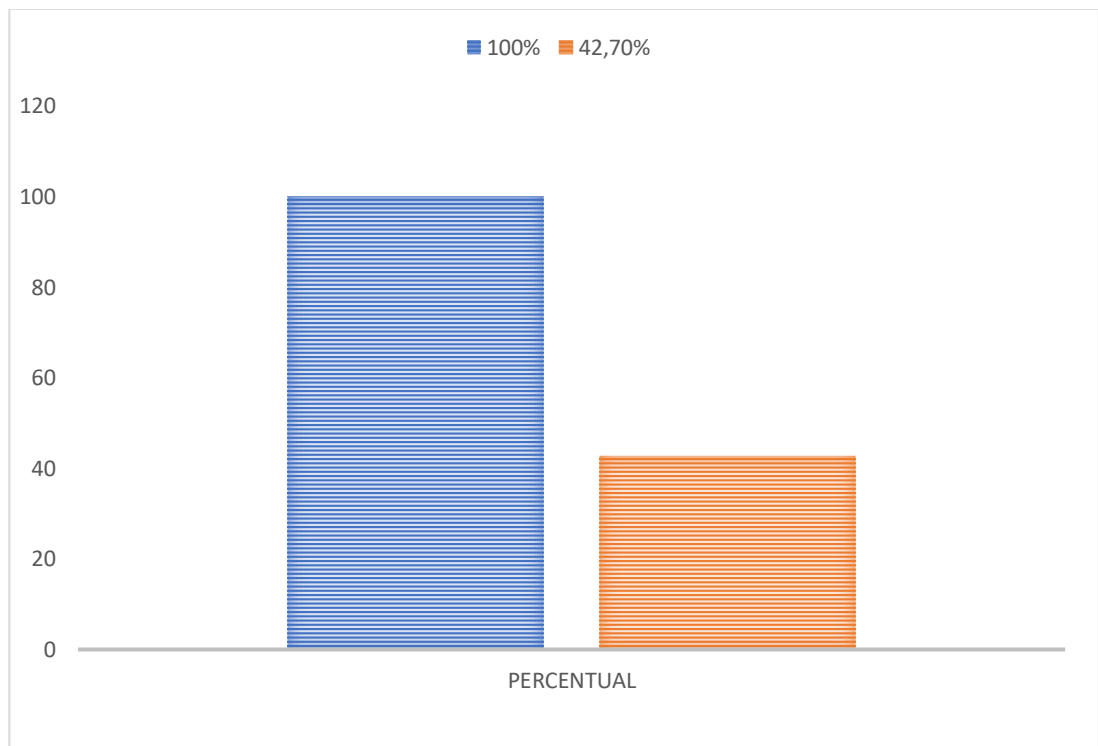
Há ainda outro componente, de natureza político-administrativa, que interfere nas políticas de Educação de Jovens e Adultos: a descentralização do Ensino Fundamental, inclusive nessa modalidade, para a esfera municipal. Essa política passou a acontecer em 1990, quando a Fundação Educar foi extinta no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1994). (Fávero, 2009, p. 34.)

Assim, o afastamento da União das políticas públicas de EJA, transferindo a responsabilidade para os Estados e Municípios, proporcionou iniciativas de cunho popular caracterizando uma pulverização de programas na tentativa de minimizar a problemática de EJA no Brasil (HADDAD; DI PIERRO, 2000). O governo de Luiz Inácio Lula da Silva trouxe a esperança de que a Educação de Jovens e Adultos pudesse ser valorizada, tratada de forma adequada e com a urgência necessária. Foram desenvolvidas diversas iniciativas na área, tais como, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ligada ao Ministério da Educação (MEC), e o Programa de Integração da Educação

Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio.

Apesar da grande expansão das políticas públicas na Educação de Jovens e adultos, temos, ainda hoje, uma evasão extremamente alta desta modalidade de ensino. Em 2009, o IBGE publicou o estudo "Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional", e no que tange a permanência dos estudantes da EJA, o estudo mostrou que dos 8 milhões de pessoas que passaram pela EJA antes de 2007, 42,7% não concluíram o curso, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 – ESTUDANTES QUE NÃO CONCLUÍRAM A EJA EM 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Assim, nota-se uma marca da exclusão na vida desses sujeitos e a ineficiência do Estado em garantir políticas efetivas de permanências desses sujeitos em sala de aula. Pode-se notar, ainda, que este estudo nos mostra a necessidade de pensarmos além das políticas públicas. Faz-nos refletir a necessidade de pensar os mecanismos para a permanência destes sujeitos, para além de um estudo na compreensão das múltiplas metodologias adotadas com os discentes da EJA.

3 METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de cunho bibliográfico com abordagem qualitativa e referências que abordam a temática escolhida. Sobre pesquisa qualitativa, podemos destacar que: “A especificação do objetivo de uma pesquisa responde às questões para que? E para quem?” (LAKATOS & MARCONI, 1992, p. 102). Dessa forma, a metodologia qualitativa na pesquisa sobre EJA permite uma compreensão mais profunda das necessidades, desafios e sucessos dos alunos jovens e adultos, contribuindo para o aprimoramento das práticas educacionais e políticas direcionadas a esse grupo.

Acerca da pesquisa, buscou-se as seguintes bases de dados: Acervo da biblioteca da UFAM; Repositórios de Universidades Públicas e Privadas; Portal da Capes; Proposta Curricular e Pedagógica da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (SEDUC-AM, 2022); Caderno de Estudo Orientado (SEDUC-AM, 2022).

Dessa forma, para Freire (2016): “ensinar exige pesquisa do educador para constatar, intervir e educar”. Assim, através de um estudo bibliográfico, visa-se a completude das múltiplas facetas da modalidade EJA, compreendendo sua particularidade e pressupondo um futuro melhor através do desenvolvimento educacional dos mesmos. Assim, propunha efetuar conhecimentos e informações através de fontes seguras que trabalham a respectiva temática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EJA NO ESTADO DO AMAZONAS

4.1.1 Concepções Pedagógicas da EJA no Amazonas

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) do estado do Amazonas baseia-se no Referencial Curricular Amazonense bem como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde possui em suas concepções pedagógicas uma abordagem inclusiva e flexível no que tange o processo de ensino e aprendizagem de seu público.

Algumas das principais concepções pedagógicas incluem: 1. Educação ao Longo da Vida: A EJA no Amazonas reconhece que a aprendizagem não tem limite de idade e que a educação é um processo contínuo. Assim, busca-se incentivar os alunos a buscar conhecimento em todas as fases da vida. 2. Contextualização: A EJA valoriza a contextualização do ensino, relacionando o conteúdo educacional às experiências de vida dos alunos e o conhecimento popular, especialmente à cultura e ao ambiente amazônico. 3. Respeito à Diversidade: A EJA respeita a diversidade de experiências e as necessidades dos alunos, adaptando-se às suas realidades individuais, sejam elas urbanas ou rurais. 4. Flexibilidade Curricular: A flexibilidade

é um pilar imprescindível, por vez que cada aluno possui suas particularidades, permitindo que os alunos escolham itinerários educacionais que atendam às suas metas e disponibilidade, inclusive com a possibilidade de reconhecimento de saberes prévios. 5. **Integração de Tecnologia:** A EJA no Amazonas reconhece o potencial da tecnologia na educação e busca incorporar recursos digitais para tornar o aprendizado mais acessível e dinâmico. 6. **Valorização da Cultura Amazônica:** Promove o entendimento e a valorização da cultura e das tradições amazônicas, incorporando esses elementos no processo educativo. Desse modo, essas concepções pedagógicas visam garantir que a EJA no Amazonas seja relevante, inclusiva e capaz de atender às necessidades educacionais de jovens e adultos em diferentes contextos e estágios de suas vidas.

4.1.2 Garantia do Acesso à Educação da EJA no Amazonas

A garantia do acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Amazonas é uma temática que envolve diversos seguimentos da sociedade, nacional e até mesmo internacional, pois visa traçar estratégias para assegurar que pessoas de diferentes idades e contextos tenham a oportunidade de se educar e possam melhorar sua vida através dos estudos.

Algumas das medidas que podemos elencar para garantir o acesso à EJA no Amazonas incluem: 1. **Ampla Oferta de Turnos:** Disponibilização de aulas em diversos horários, incluindo noturno e fins de semana, para acomodar os diferentes compromissos dos alunos. 2. **Localização de Escolas:** Estabelecimento de escolas e centros de ensino em áreas urbanas e rurais, garantindo que os alunos não tenham que percorrer longas distâncias. 3. **Transporte Escolar:** Quando necessário, fornecimento de transporte escolar para alunos que vivem em áreas remotas. 4. **Material Didático Acessível:** Disponibilização de material didático de qualidade, muitas vezes adaptado às necessidades dos alunos. 5. **Flexibilidade de Currículo:** Adoção de um currículo flexível que permita a adaptação aos diferentes níveis de conhecimento e habilidades dos alunos. 6. **Programas de Alfabetização:** Oferta de programas de alfabetização para adultos que não possuem escolaridade básica, facilitando a entrada na EJA. 7. **Apoio Técnico e Pedagógico:** Oferta de apoio pedagógico e acompanhamento individualizado para alunos que enfrentam desafios específicos. 8. **Ações de Divulgação:** Campanhas de conscientização e divulgação para informar a comunidade sobre a importância da EJA e suas oportunidades. 9. **Políticas de Inclusão:** Promoção de políticas que visem a inclusão de grupos marginalizados, como indígenas e quilombolas, na EJA. 10. **Rede de Parcerias:** Parcerias com organizações não governamentais e outros órgãos para ampliar o alcance da EJA. Essas medidas buscam eliminar barreiras e garantir

que todos, independentemente de sua idade, local de residência ou nível de escolaridade anterior, tenham acesso à educação por meio da EJA no estado do Amazonas.

4.2 O EDUCADOR DA EJA

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino, amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno no ensino de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Por isso, o professor dessa modalidade de ensino deve, também, ser um professor polivalente, capaz de identificar o potencial de cada aluno sem deixar de transmitir os múltiplos conteúdos curriculares.

O perfil docente do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem, pois essa se dá em conformidade com a motivação que os alunos constroem e grande parte desse processo depende dos incentivos e da habilidade docente. Em função das particularidades dessa modalidade de ensino, é preciso que o professor compreenda que alunos da educação de jovens e adultos vivenciam problemas como preconceito, vergonha, discriminação, críticas dentre tantos outros. E que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade, podendo ou não gerar reflexos em sua vida escolar.

Quanto ao ato de educar, esse é marcado por uma ação que precede o reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto, o papel do professor, especialmente do professor que atua na EJA, é compreender melhor o aluno e sua realidade diária e acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional.

A tentativa de introdução de tais ideias na legislação escolar levou a novas e significativas remodelações no âmbito da escola normal, destacando-se a reforma realizada por Anísio Teixeira no Distrito Federal, pelo Decreto 3.810, de 19/3/1932. Na exposição de motivos que acompanhou o Decreto, fica claro o intento de abolir o “vício de constituição” das escolas normais: tendendo ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional, falhavam lamentavelmente nos dois objetivos. Em outro texto Anísio esclarece melhor sua proposta: “Se a escola normal for realmente uma instituição de preparo profissional do mestre, todos os seus cursos deverão possuir o caráter específico que lhes determinará a profissão do magistério” (VIDAL, 1995, p. 65).

4.2.1 O Processo de Formação do Educador da EJA

Os estabelecimentos educacionais destinados ao preparo específico de formação dos professores para o exercício de suas funções estão ligados à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino a todas as camadas da população. É verdade que os movimentos da Reforma e Contra-Reforma, no século XIV, ao darem os primeiros passos para a posterior publicização da educação, também contemplaram iniciativas pertinentes à formação de professores.

Mas somente com a Revolução Francesa concretiza-se a ideia de uma escola normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos, ideia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX quando, paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação dos sistemas públicos de ensino, multiplicaram-se as escolas normais.

Antes, porém, que se fundassem as primeiras instituições destinadas a formar professores para as escolas primárias, já existiam preocupações no sentido de selecioná-los. Iniciativas pertinentes à seleção não somente antecedem as de formação, mas permanecem concomitantemente com estas, uma vez que, criadas as escolas normais, estas seriam por muito tempo insuficientes, quer numericamente, quer pela incapacidade de atrair candidatos, para preparar o pessoal docente das escolas primárias. Apesar da separação do curso normal em ciclos de formação geral e profissional, introduzida em algumas reformas, e da considerável ampliação dos estudos pedagógicos, a escola normal chegou ao final da Primeira República com um curso híbrido, que oferecia, ao lado de um exíguo currículo profissional, um ensino de humanidades e ciências quantitativamente mais significativo.

O avanço conquistado pelo campo da educação de jovens e adultos colocou a EJA em outro patamar em que já não é possível mais conviver com a improvisação, isto é, sua prática exige ações mais permanentes. É preciso superar o voluntarismo, incentivando a formação e uma melhor preparação do educador de jovens e adultos. Como afirma Miguel Arroyo (2012), “se são outros sujeitos, requerem outras pedagogias”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, objetivou-se a observar a história da Educação de Jovens e Adultos através da óptica de Paulo Freire no que se refere a emancipação do cidadão por meio do processo educacional. Dessa forma, buscou-se a finalidade de analisar a política educacional da Educação de Jovens e Adultos do estado do Amazonas, bem como o processo histórico da EJA no que se refere a garantia efetiva do acesso a educação pública e gratuita.

Desse modo, amparando-se na Constituição Federal de 1988; na Lei de nº 9394/96 (LDB); no Referencial Curricular Amazonense; na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos documentos normativos que regulam o processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos, ensejou-se a explanação de tais políticas educacionais em compasso com a realidade percebida e discorrida nesse projeto.

Por conseguinte, compreendendo os marcos legais da EJA até a atualidade do que se tem como uma educação libertadora, conforme Paulo Freire enfatizava em sua epistemologia. Traçando e delimitando o que seria ideal para o docente da EJA, visando o processo de promoção de uma educação pública ofertada e desenvolvida nos seus âmbitos educacionais. Amparando-se dentre outros documentos e teóricos da educação que foram aporte para esta pesquisa.

Sendo assim, evidenciou-se ampliar os debates através da explanação das concepções pedagógicas que norteiam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos no Amazonas bem como a compreensão histórica da EJA para a promoção e manutenção dessa modalidade por meio dos avanços dos tempos. Assim, entende-se que os avanços da EJA estão ligados com os avanços da sociedade contemporânea e que necessitam de manutenção e reformulação, respeitando os mais variados contextos socioeconômicos de seus educandos bem como a formação continuada de docentes que atuam na modalidade.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BRANDAO, C. R. Educação Popular. 3ª ed. SP, Brasiliense, 1986. BRANDAO, C. R. A Educação Popular na escola, editora vozes Petrópolis, Rj 2006.
- DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Caderno Cedes, Campinas, SP, n. 55, p. 58-77. 2001.
- DI PIERRO, M. C.; Vovio, C. L.; Andrade, E. R. Alfabetização de Jovens e Adultos: Lições da Prática. Brasília: Unesco, 2008.
- FÁVERO, O. (org.) Cultura popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. FREIRE, Paulo.
- FREIRE Paulo; NOGUEIRA Adriano: Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular Paz e Terra; 2001. 8ª Edição.
- _____. Passageiros da Noite. _____.: _____, 2017.
- Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SOARES, Leôncio. Trajetórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CORTELLA, Mario Sergio. PAULO FREIRE: Utopias e Esperanças. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/artigodoleitor/htm/2002/fev/15/151.htm>. Acessado em: 20 de abril de 2022.
- Disponível em: [Drive.google.com/file/d/1fZSKHb7lHKYBFvI2r1ulGFBPt8HHAxg/view](https://drive.google.com/file/d/1fZSKHb7lHKYBFvI2r1ulGFBPt8HHAxg/view). Acessado em 20 de abril de 2022.
- Disponível em: [Drive.google.com/file/d/1cHwSmiZBBKfgsysPej21W4yajm0f7E56/view](https://drive.google.com/file/d/1cHwSmiZBBKfgsysPej21W4yajm0f7E56/view). Acessado em 20 de abril de 2022.
- [Drive.google.com/file/d/1e8jqunEn6krjulei-ANSfyUtyfGwWkh7/view](https://drive.google.com/file/d/1e8jqunEn6krjulei-ANSfyUtyfGwWkh7/view). Acessado em 20 de abril de 2022.
- FÁVERO, Osmar, Semeraro, Giovanni (orgs.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2002.

FEITOZA, R. S. (2008). Movimentos de Educação de Pessoas Jovens e Adultas na perspectiva da Educação Popular no Amazonas. Matrizes históricas, marcos conceituais e impactos políticos. Tese de doutorado 380 p. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

HADDAD, Sérgio (coord.). Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo de Ações do Poder Público em Cidades de Regiões Metropolitanas Brasileiras. São Paulo, Global, Ação Educativa, Fapesp, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, Set./Dez.1999, n. 12, p. 59-73.

PARO, Vitor Henrique. PROFESSOR: ARTESÃO OU OPERÁRIO? SÃO PAULO: CORTEZ EDITORA. ISBN: 978-85-249-2700-3. Acessado em 20 de abril de 2022.

PARO, Vitor Henrique. Reprovação escolar, não obrigado? Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/reprovacaoescolarnaobligado.pdf>. Acessado em 20 de abril de 2022.

SOARES, Leôncio. As Especificidades na Formação do Educador de Jovens e Adultos: Um Estudo sobre Propostas de EJA. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, ago. 2011.